

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	18.001.1974
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

«ALIANÇAS E FRENTES UNIDAS» NÃO INTERESSAM A P. D. C.

O desinteresse por convites para «alianças ou frentes unidas», é reafirmado pelo Partido da Democracia Cristã através de um comunicado distribuído à imprensa, no qual também se nega a incorporação no partido do agrupamento denominado «Cristão Social Democrata» cuja actuação política e possibilidades de sobre-

vivência o P. D. C. diz ignorar por completo.

No documento em questão, o Partido da Democracia Cristã salienta que «com a modéstia dos seus recursos, mas

inspirado na força da sua doutrina, e no respeito dos demais partidos» pretende «continuar a ser como sempre foi, um agrupamento político limpo e desinfectado que jamais recor-

rerá aos chamados «golpes baixos», atentatórios do processo de democratização irreversível que o País vem a experimentar e no qual os seus filiados e simpatizantes parti-

cipam com o mais vivo e sincero empenhamento».

P. S. D. I. apoia medidas adoptadas pelo Governo

Por outro lado e em comunicados distribuídos aos órgãos da Informação, o Partido Social Democrata Independente manifesta a sua satisfação pelas disposições legais respeitantes à reestruturação da orgânica hospitalar e ao fim do regime de condicionamento industrial anunciadas respectivamente, pelos secretários de Estado da Saúde e da Indústria e Energia.

Frisa o P. S. D. I. em relação à primeira, que «é tarefa prioritária de qualquer Governo que presida, ainda que provisoriamente, aos destinos de Portugal», a necessidade de reestruturar aceleradamente um Serviço Nacional de Saúde. Acrescenta-se no comunicado «que não é só na base de esquemas teóricos de remodelações estruturais que se atingem os objectivos políticos visados».

Quanto à cessação do regime do condicionamento industrial salienta o P. S. D. I. que a verdadeira história daquele, está ainda por fazer, referindo contudo que se tratava de uma política económica intervencionista, «teoricamente aceitável em determinados contextos e conjunturas mas que desde sempre foi adulterada e posta ao serviço dum protecçãoismo económico servindo, na prática corrente e objectiva do panorama industrial do fascismo português, pouco mais que os interesses da classe burguesa detentora do grande capital e do Poder político».

Noutro comunicado, o P. S. D. I. refere-se à criação do cargo de «Provedor de Justiça», anunciada pelo dr. Salgado Zinha, salientando que ele pode ser o elemento saneador de arbitrariedades sem conta, sem falar já na tradicional «espan-tocracia» mesmo mais que burocracia estatal, «que, infelizmente, continua a caracterizar tão largos sectores da nossa administração pública, mesmo após o 25 de Abril».

Fundação Cuidar o Futuro